

# Uma ameaça tão inimaginável quanto real

*A threat as unimaginable as it is real*

Javier Blank\* 

Resenha de *O decênio decisivo: propostas para uma política de sobrevivência*, de Luiz Marques.

“Hoje, a escala de tempo em que se medem mudanças relevantes nas coordenadas ambientais já não é mais o decênio, mas o ano”, escrevia Luiz Marques (2016, p. 13) no prefácio à segunda edição revista e ampliada do seu livro *Capitalismo e colapso ambiental*, publicado originalmente em 2015 pela Editora Unicamp. Esse livro, que recebeu o prêmio Jabuti em 2016, teria em 2018 ainda uma terceira edição, também revista e ampliada, em razão da antecipação pela literatura científica da ocorrência de algumas previsões alarmantes, como a questão do colapso ambiental.

*O decênio decisivo*, publicado em 2023 pela editora Elefante, é o livro mais recente de Luiz Marques, professor livre-docente aposentado e colaborador do Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). É possível considerar este livro uma reelaboração do anterior. Ele atualiza o panorama da destruição ambiental em curso, dando maior destaque a algumas dimensões (como as do sistema alimentar, as alças de retroalimentação do aquecimento, o debate sobre o axioma da soberania absoluta e as propostas para uma política de sobrevivência, que ganharam capítulos específicos). 450 páginas de texto e gráficos, com linguagem acessível, compõem um panorama da destruição em curso e suas projeções. É possível compreender o fundamental dos processos analisados sem ser especialista nos assuntos, mas também mergulhar na profusão de dados e fontes científicas que fundamentam as análises apresentadas (são mais de 130 páginas de notas ao final do livro).

O material todo é reorganizado a partir da constatação de que “vivemos o último decênio em que mudanças estruturais em nossas sociedades podem ainda atenuar significativamente os impactos do

## RESENHA

<https://doi.org/10.12957/rep.2024.88525>

\*Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ - Brasil.

E-mail: [javier.blank@gmail.com](mailto:javier.blank@gmail.com).

Como citar: BLANK, J. Uma ameaça tão inimaginável quanto real.

*Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 57 Especial, pp. 205-212, dez., 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2024.88525>

Recebido em 30 de setembro de 2024.

Aprovado para publicação em 20 de outubro de 2024.

Responsável pela aprovação final: Monica de Jesus César.



© 2024 A Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

processo de colapso socioambiental em curso” (Marques, 2023, p. 20). É evidente neste livro, publicado oito anos depois que o anterior, um *sentido de urgência* aprofundado. E não é para menos. O panorama mostrado é absolutamente aterrador. Aniquilação biológica (extinções e extirpações populacionais; declínio da vida no meio aquático; aquecimento marinho; eliminação e degradação das coberturas florestais); emergência climática; ondas de calor mais frequentes e intensas; o sistema alimentar como emissor de gases de efeito estufa (GEE) e indutor de pandemias; uso de agrotóxicos com danos à saúde humana e ameaça existencial para outras espécies; redução da produtividade da área terrestre pela degradação dos solos, com aumento da fome, da insegurança alimentar e da subnutrição; inexistência de uma verdadeira transição energética; aumento descomunal da mineração e da extração; aumento da geração de lixo; intoxicação, adoecimento e mortes prematuras como novas “zonas de sacrifício”.

Porém, o quadro não se restringe apenas a questões ambientais. Encontramos também, no livro: um balanço negativo das revoluções socialistas; constatação da desconfiança crescente em um futuro promissor; regressão social; aumento da desigualdade social; tragédias resultantes de uma combinação de pesos relativos entre fatores sociais e ambientais; aumento das despesas militares, das dívidas públicas e privadas, da violência letal em regiões de desmatamento; erosão da democracia; retorno do cenário de guerra nuclear; riscos de beligerância generalizada, aumentando em medida crescente por causa do aumento das crises ambientais do *mundo em derrocada* (Marques, 2023, p. 410).

É possível ao longo do livro perceber o papel particular do Brasil na potencial preservação, mas, sobretudo, na destruição planetária. O Brasil ocupa o 4º lugar nas emissões cumulativas totais de CO<sub>2</sub> desde 1850 (5%) (Marques, 2023, p. 115). O Brasil tem o maior rebanho bovino do mundo (14,3% do total mundial), e é o maior exportador de carne bovina do planeta (Marques, 2023, p. 463). O Brasil é o segundo maior importador de agrotóxicos do mundo (Marques, 2023, p. 376). Lugar de destaque, no livro, tem a floresta amazônica, sua evolução tanto natural quanto social, sua importância regional e planetária e os seus riscos. Em síntese, a Amazônia está se transformando “de sumidouro em fonte de carbono” para o planeta (Marques, 2023, p. 163).

a interação entre todos os aspectos da destruição em curso da Amazônia, ou seja, entre desmatamento, degradação florestal, incêndios, redução da biodiversidade, redução das chuvas, maior mortalidade das árvores, maior emissão de carbono e consequente aumento ainda maior de temperatura. Trata-se de um círculo vicioso em que destrutividade antrópica e alças de retroalimentação da destruição se ampliam reciprocamente. Esse círculo vicioso representa uma ameaça existencial real, crescente e iminente não apenas para o maior bioma tropical do planeta, mas para a viabilidade da espécie humana e de tantas outras espécies. (Marques, 2023, p. 195).

Chegamos a um ponto de não retorno? Marques mostra como a natureza, impactada pela ação humana, contém agora um dinamismo em parte irreversível, fora do controle humano, num colapso entendido como processo<sup>1</sup>:

Hoje, ao contrário, o sistema Terra em nada mais se assemelha a uma moldura. Suas respostas à interferência antrópica excessiva em seus equilíbrios tornam-no, cada vez mais, um ator incontornável da trama histórica [...] A tendência atual, mantida a trajetória em que estamos, é de que essas respostas ganhem em breve mais relevância do que as decisões tomadas pelas sociedades sobre seu próprio destino'. [...] a atividade humana tornou-se a variável mais importante nas dinâmicas do sistema Terra. (Marques, 2023, p. 38-43).

Em Marques, não é uma atividade humana em abstrato a responsável por esse estado de coisas. Marques endereça essa “interferência antrópica excessiva”, evidente depois dos anos 1950, explicitamente ao capitalismo. A sua caracterização enquanto um “sistema inerentemente expansivo” é central no argumento do autor para apontar a incompatibilidade constitutiva entre o capitalismo e as condições de possibilidade de nossa sobrevivência (Cf., por exemplo, Marques, 2023, p. 41, p. 55). Essa ideia é absolutamente fundamental. A meu ver, porém, essa incompatibilidade é apenas indicada (em dados e projeções do impacto desse processo), mas não demonstrada teoricamente.

É no livro anterior, é verdade, que o autor tinha a pretensão mais explícita de pensar as determinações recíprocas entre a dinâmica do capitalismo e a crise ambiental (Cf. sobretudo os capítulos 12 a 14). E encontramos ali também algumas formulações para pensar a economia como uma coerção objetiva e algumas tentativas de fundamentar o caráter inerentemente expansivo do capitalismo, mas falta o que julgo a contribuição fundamental de Marx para entender a determinação recíproca entre a dinâmica e a crise capitalista e o colapso ambiental, é a análise do valor, enquanto forma de riqueza especificamente capitalista, uma riqueza abstrata, medida temporalmente. É uma dinâmica específica entre a riqueza abstrata e a material (Cf., por exemplo, Postone, 2019; Lohoff, 2015) que faz do capitalismo um sistema inerentemente expansivo e que torna ele uma “contradição em processo” rumo ao seu próprio limite. Sem essa análise, o único limite ao crescimento capitalista parece ser o limite natural, externo. Do que se trata, no entanto, é de compreender a relação entre essas duas dinâmicas autonomizadas e interdependentes. Marx (1996, p. 378) pensou as “‘eternas leis naturais’ do modo de produção capitalista”, como “leis naturais sociais”, que, construídas pelos seres humanos, ganham autonomia e adquirem o peso coercitivo de leis naturais. A sua coerção é inexorável... enquanto a forma de organização da vida que produziu essas leis continuar vigente. Os processos

---

1 “[...] o colapso ambiental não é um evento com data marcada para ocorrer. Trata-se do processo em que estamos” (Marques, 2023, p. 40).

irreversíveis que a humanidade desencadeou no sistema Terra poderiam ser formulados em termos de “leis sociais naturais”. A ação do ser humano impactou na natureza de um modo tal que interferiu na sua dinâmica. Mas ela mantém o peso coercitivo próprio das leis naturais.

Também seria interessante estabelecer a determinação recíproca entre a dinâmica natural e processos semelhantes de autonomização e colapso em outras dimensões. A transformação do sistema natural, de amortecedor em potenciador das crises, por exemplo, pode ser encontrado também no âmbito da política<sup>2</sup>.

As insuficiências apontadas comparecem mais nitidamente neste novo livro. A despeito de algumas frases soltas em sentido contrário, a dominação no capitalismo é concebida como a ação de grupos de poder, os “donos do mundo”, que controlam conscientemente o processo econômico perseguindo seus interesses particulares. Também as coerções e limites estruturais do Estado como parte da dinâmica da acumulação capitalista são reduzidas ao seu papel de “Estados-corporações”, interessados em explorar os recursos naturais de que dispõem, tal como os atores privados (Cf. o capítulo 4.2). A economia parece agora somente uma ideologia equivocada, uma inversão apenas cognitiva e arbitrária (e não uma *inversão necessária*, dada a vigência do modo de produção capitalista, nos termos do “fetichismo da mercadoria” em Marx). Como as leis econômicas são sociais e podem ser alteradas, se dissolvem aqui no ar tênue da ideologia.

Essa ideologia sustenta-se na ideia de que a sociedade seria regida pelas ‘leis da economia’, leis de equilíbrio fiscal e de câmbio, de oferta e demanda, de inovação e crescimento da produtividade (sob pena de fracasso e sujeição ao ‘concorrente’ [...] leis que, afinal, não podem ser transgredidas, sob pena de ‘retrocesso’ e, no limite, de ruína do edifício social. (Marques, 2023, p. 422).

E, ademais:

A biosfera não existe para a economia, não se dispõe para a atividade econômica como um meio se dispõe ao seu fim. Ela não é insumo, nem local de descarte de resíduos industriais, tampouco, enfim, uma ‘externalidade’ que se possa internalizar através de sua precificação. A biosfera é a condição estrutural de possibilidade de nossa existência. Desconhecer essa premissa é olhar o mundo de ponta-cabeça, é operar uma inversão de taxonomia, semelhante à inversão pré-copernicana: assim como o Sol não gravita em torno da Terra, a biosfera não gravita em torno da economia. (Marques, 2023, p. 424).

---

2 “Estamos experimentando a esse respeito mais um salto qualitativo no processo de crise. A política já não está apenas em crise, como diagnosticamos há tempos, mas tem-se tornado ela mesma um momento integral e dinâmico de crise” (Cf. Trenkle e Lohoff, 2018). Marques menciona a eleição de Donald Trump como um limite claro da política nesse campo (2023, p. 285).

A compreensão insuficiente do capitalismo tem alguns desdobramentos sérios. Por exemplo, a análise da chamada desregulação econômico-financeira apenas como uma decisão política com fins de concentração da riqueza e não como um resultado da própria crise capitalista e sua tentativa de prolongar o processo de colapso, ou a consideração pelo autor da “exigência do direito ao trabalho” como uma herança ainda válida das “experiências adquiridas em séculos de lutas sociais” (Marques, 2023, p. 450). É preciso compreender que a exigência do trabalho faz parte de uma mediação social historicamente específica, capitalista, e ela se torna cada vez mais brutal no desenrolar das contradições do capital rumo ao seu colapso, além de fazer parte da engrenagem da destruição ambiental (evidentemente, a manutenção de postos de trabalho de todo tipo depende da incessante produção e circulação de mercadorias, acelerada pela obsolescência programada).

Isso tudo pode parecer uma exigência excessiva para um livro cujo foco é a destruição ambiental. Se destaco essa fragilidade conceitual do livro, é porque um projeto pós-capitalista é, para o autor, condição imprescindível e urgente (Cf. Marques, 2023, p. 29) para termos alguma chance de construirmos um futuro apenas pior e não terminal (pois, esses são os cenários possíveis, como ele afirma com todas as letras). E, para entendermos o que deve ser superado numa outra forma de sociedade, uma compreensão adequada do capitalismo é crucial.

Mas, nada disso tira o grande mérito do livro de mostrar, de maneira fundamentada, o panorama desolador que se aprofunda. E de derrubar a ilusão de que seria possível realizar as mudanças necessárias para um equilíbrio ambiental com ajustes tecnológicos, econômicos<sup>3</sup> ou políticos<sup>4</sup> pontuais. Percebemos isso na seguinte passagem:

O aumento da capacidade instalada e dos investimentos em energias renováveis de baixo carbono só vem satisfazendo a voracidade energética insaciável da economia capitalista globalizada. Enquanto essa economia da voracidade e da acumulação não for substituída por uma economia de sobriedade energética radical, não haverá esperança de substituição das energias fósseis pelas renováveis de baixo carbono. (Marques, 2023, p. 215).

E também nesta:

- 
- 3 “2020 representava a data-limite para conter o aquecimento dentro das metas do Acordo de Paris” (Marques, 2023, p. 290). Isto é “inimaginável numa economia do crescimento, pois em 2030 essas emissões precisariam ter regredido aos níveis de 1977 e aos níveis de 1955 em termos de emissões per capita” (Marques, 2023, p. 292).
- 4 Há um “abismo intransponível entre as mutações civilizacionais exigidas ao longo deste decênio e os discursos “verdes” dos governantes [...] incapacidade de se traduzir esses discursos em mudanças efetivas [...] os Estados carecem de poder mandatário sobre a rede corporativa” (Marques, 2023, p. 41).

Malgrado a esperança e as imediatas ações benfazejas trazidas pelo governo de Lula, acumulam-se evidências de que o quadro nacional e global em março de 2023 se augura, em muitos aspectos, ainda pior do que o que se vislumbrava até setembro de 2022. (Marques, 2023, p. 20).

O sentido da urgência aprofundado transparece não só na piora dos dados e projeções em relação ao livro anterior, mas também no adensamento neste novo livro da reflexão sobre as *alças de retroalimentação positiva*, “definidas como mecanismos de mudança climática influenciados positivamente pelo próprio sistema climático”. Assim, “o próprio processo de aquecimento pode gerar ainda mais aquecimento, mesmo sem mais emissões antropogênicas de gases de efeito estufa (GEE)” (Marques, 2023, p. 306), e o que é pior, “um aquecimento completamente fora das projeções, mesmo as mais pessimistas” (Marques, 2023, p. 325).

E a urgência pela constatação de que estamos no decênio decisivo faz o livro culminar com a formulação de algumas propostas (Cf. capítulo 11). Se sabemos de modo razoavelmente preciso as metas que devem ser atingidas, os limites que devem ser respeitados (em termos de concentrações atmosféricas de dióxido de carbono, extinção de espécies etc.), a questão é “quem pode e deve estabelecê-los” e “como garantir que sejam implantados e respeitados” (Marques, 2023, p. 448-449). A aposta nesse ponto reside para o autor num crescimento exponencial dos movimentos sociais impregnados de um novo internacionalismo socioambiental (Marques, 2023, p. 385), numa reformulação do papel de uma ONU radicalmente democratizada (Marques, 2023, p. 466) e do protagonismo das comunidades locais em “processos democráticos de tomadas de decisão, enraizados nos territórios” (Marques, 2023, p. 389), no marco de uma “soberania nacional relativa” que incluiria o reconhecimento jurídico da autonomia de diversas comunidades no âmbito de Estados plurinacionais e o reconhecimento da superioridade do poder da comunidade internacional (Cf. Marques, 2023, p. 388)).

É isso tudo factível? Factibilidade e necessidade se confundem na resposta. O otimismo é fundamentado pelo autor na radical necessidade dessas mudanças.

Mas, podemos nos perguntar, dado esse quadro, por que não estamos tão assustados quanto deveríamos para agirmos coletivamente no sentido requerido? Há uma resposta, dada pelo autor, que me interessa destacar aqui: somos incapazes de apreender intuitivamente a aceleração exponencial da destruição, e a ameaça existencial em andamento, pois avaliamos o curso atual e futuro das coisas em função da experiência passada (Cf. Marques, 2023, p. 43-4). Subestimamos ou desconsideramos a potência das alças de retroalimentação do aquecimento. A potencial sinergia entre as diversas crises torna a ameaça existencial uma ameaça tão real<sup>5</sup> quanto difícil de imaginar. Vale lembrar aqui da “dis-

---

5 “O comportamento de limiar é com frequência impulsionado por alças de retroalimentação que, uma vez atingido o ponto crítico, podem continuar a agir mesmo sem novos estímulos” (Marques, 2023, p. 189). “O aumento da frequência de secas sem precedentes em 2005, 2010 e 2015/16 sinaliza que o ponto de inflexão é iminente” (Marques, 2023, p. 193)

crepância prometeica” entre a nossa capacidade de produção (no caso aqui, de produção da destruição) e nossa capacidade de imaginação. Ela foi diagnosticada por um Günther Anders (2023, p. 111-112) que lutava no Pós-Segunda Guerra mundial contra a ameaça nuclear e, feito um “apocalíptico inimigo do apocalipse”, pretendia que eternizássemos o “tempo do fim”, condição humana já inevitável dada essa ameaça, evitando assim a chegada do “fim dos tempos”.

Em outro lugar levantamos a tese de que o ser humano atual não estaria em condições de *representar* em suas verdadeiras dimensões e em seus verdadeiros efeitos aquilo que ele efetivamente *produz*; que ele seria ‘antiquado’, por acreditar poder das conta de seus produtos atuais com categorias e procedimentos do passado; e que essa ‘discrepância prometeica’ entre suas duas faculdades – ‘produzir’ e ‘representar’- comporta a essência, ou melhor, a escandalosa falta de essência do ser humano atual” (Anders, 2023, p. 29).

Uma materialização particular dessa discrepância prometeica são os *unkown unknowns*, referidos por Marques:

A crescente taxa de produção e descarte de volumes maiores e um número maior de novas entidades com diversos potenciais de risco excedem a capacidade das sociedades de realizar avaliações e monitoramento relacionados à sua segurança [...] dimensões situadas não apenas além da nossa capacidade de avaliação, mas além de nosso conhecimento de sua própria existência (os famosos *unknown unknowns*, ou seja, os efeitos desconhecidos do que é desconhecido). (Marques, 2023, p. 383-4).

É evidente que qualquer reflexão (e ação) sobre a questão social estará cada vez mais atravessada pela questão ambiental. *O decênio decisivo* é um bilhete numa garrafa para ontem. A sua leitura é urgente, antes dele ficar desatualizado, se pulverizar nos incêndios ou se derreter nos oceanos cada vez mais quentes.

## Referências

ANDERS, G. Teses para a era nuclear e O Salto. In: ANDERS, G. *A ameaça atômica. Reflexões radicais sobre a era nuclear*. São Paulo: N-1 Edições, 2023.

LOHOFF, E. *Quando riqueza destrói riqueza*. Trad. André Villar e Javier Blank. 2015. Disponível em: <https://www.krisis.org/2015/quando-riqueza-destri-riqueza/>. Acesso em: 09 ago. 2024.

MARQUES, L. *O decênio decisivo*. Propostas para uma política de sobrevivência. São Paulo: Ed. Elefante, 2023.

MARQUES, L. *Capitalismo e colapso ambiental*. Campinas: Ed. Unicamp. 2015.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. Livro I. Vol. 2. São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1996.

POSTONE, M. A crise atual e o anacronismo do valor: uma leitura marxiana. *Revista Sinal de menos*, ano 10, n. 13, 2019. Disponível em: [https://www.dropbox.com/s/dh2yl46784i2brf/SINAL\\_DE\\_MENOS\\_13.pdf](https://www.dropbox.com/s/dh2yl46784i2brf/SINAL_DE_MENOS_13.pdf). Acesso em: 09 ago. 2024.

TRENKLE, N.; LOHOFF, E. É preciso uma nova perspectiva de emancipação social. Entrevista realizada por Javier Blank e Marcos Barreira. *Krisis: Kritik der Warengesellschaft. Nürberg*, 2018. Disponível em: <https://www.krisis.org/2018/preciso-uma-nova-perspectiva-de-emancipao-social/>. Acesso em: 09 ago. 2024.